

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS**



CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS

CONTRATANTE:		
Razão Social: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		
CNPJ/MF: 34.849.965/0001-75	Inscrição Estadual:	
Nome Fantasia: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		
Endereço: TV. JOÃO FRANCISCO DA SILVEIRA, 44 - CENTRO		
Cidade: ARACAJU	UF: SE	CEP: 49010-360
Endereço Eletrônico: defensoria.geral@defensoria.se.gov.br	Telefone: (79) 3205-3800	
Representante Legal: JOSÉ LEÓ DE CARVALHO NETO		
Cargo/Função: DEFENSOR PÚBLICO GERAL	RG:	CPF:

CONTRATADA:		
CORREIOS – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	CNPJ/MF: 34.028.316/0032-00	
Nome Fantasia: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE		
Endereço: RUA LARANJEIRAS, 229, CENTRO		
Cidade: ARACAJU	UF: SE	CEP: 49010-920
Endereço Eletrônico: rjseicontratos@correios.com.br	Telefone: (79) 2107-6127	
Representante Legal I: HELEN APARECIDA DE OLIVEIRA CARDOSO		
RG: SSP/SP	CPF:	
Representante Legal II: ALESSANDRA CANDICE DA CRUZ FERREIRA		
RG: DETRAN/RJ	CPF:	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, conforme Processo nº 53167.001807/2021-66, Processo Administrativo Nº 028.000.00013/2021-3, Contrato Nº 003/2021, CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e VENDA DE PRODUTOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos **CORREIOS** mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos, quando contratados serviços específicos, que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços dos **CORREIOS** por meio dos canais de atendimento disponibilizados.

1.2. Ao contratar o Pacote de Serviços, a **CONTRATANTE** será categorizada pelos **CORREIOS**, conforme critérios definidos no Termo de Condições Comerciais disponível no portal dos **CORREIOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os procedimentos comerciais e operacionais referentes a produtos e serviços a serem adotados pelas partes encontram-se nos respectivos Anexos ou Termos disponibilizados no portal dos **CORREIOS**.

2.2. A relação de serviços e produtos disponibilizados a **CONTRATANTE** está detalhada no Termo de Condições Comerciais, que poderá ser atualizada pelos **CORREIOS** mediante comunicação prévia à **CONTRATANTE**.

2.2.1 Os serviços e produtos constantes no pacote de serviços contratado, mencionados no subitem 2.2. estarão disponíveis para utilização somente após seu cadastro nos sistemas internos dos Correios.

2.3. Além dos produtos e serviços disponíveis no pacote contratado, poderá haver inclusão de outros, ainda que específicos, mediante negociação entre as partes, registro formal da solicitação e apostilamento do contrato.

2.3.1. A inclusão de produto ou serviço, previsto no subitem 2.3, dar-se-á após acréscimo de Anexo específico e cadastro nos sistemas dos **CORREIOS**.

2.3.2. A exclusão de produto ou serviço previsto no subitem 2.3 ocorrerá mediante comunicação de uma das partes, com aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A **CONTRATANTE** se compromete a:

3.2. Informar aos **CORREIOS** seus representantes credenciados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para emissão do cartão de postagem. Nas informações deverão constar o nome do órgão e do seu responsável, endereço, telefone para contato, endereço eletrônico e os tipos de serviços a serem utilizados.

3.3. Providenciar o cadastramento nos sistemas e ferramentas corporativas dos **CORREIOS** para a devida utilização dos serviços disponibilizados.

3.4. Controlar a utilização dos serviços e sistemas por parte de seus representantes credenciados.

3.4.1. Por representantes credenciados entendam-se os órgãos vinculados hierarquicamente entre si ou que compõem o mesmo órgão, cuja utilização do contrato for autorizada pelos **CORREIOS**.

3.4.2. A infração contratual por parte dos representantes credenciados mencionados no subitem 3.4.1 será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, apurada no teor deste contrato.

3.5. Observar e cumprir as regras gerais de aceitação de objetos e utilização dos serviços, conforme previsto nos Termos e Condições disponibilizados no portal dos **CORREIOS** e/ou nas Tarifas/Tabelas de Preços.

3.6. Responder pelo cumprimento das exigências legais vigentes, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrentes do conteúdo enviado, bem como pela veracidade das informações fornecidas.

3.7. Informar aos **CORREIOS** e manter atualizados, por carta, ofício, telegrama ou sistema de contratação, todos os dados cadastrais para as comunicações necessárias.

3.8. Postar os objetos nas Unidades previamente acordadas com os **CORREIOS**.

3.9. Apresentar obrigatoriamente o cartão de postagem, ou outro instrumento autorizado pelos **CORREIOS**, quando da utilização dos serviços e/ou aquisição de produtos.

3.10. A **CONTRATANTE** é a única responsável pelos cartões de postagem e senhas de acesso aos sistemas, fornecidos pelos **CORREIOS** para a postagem, inclusive por parte de seus representantes credenciados, respondendo por danos causados por sua utilização indevida.

3.10.1. Em caso de perda, roubo ou extravio do cartão de postagem ou senha de acesso, a **CONTRATANTE** permanecerá responsável, enquanto não comunicar o fato oficialmente aos **CORREIOS**, por meio de correspondência com prova de recebimento.

3.11. Na hipótese de qualquer alteração no cartão de postagem, comunicar aos **CORREIOS** para as providências de cancelamento e emissão de novo cartão.

3.11.1. Acompanhar as informações relativas ao contrato, por meio do Sistema de Faturamento Eletrônico – SFE, disponibilizado no portal dos **CORREIOS**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CORREIOS

4.1. Os **CORREIOS** se comprometem a disponibilizar informações necessárias à execução deste contrato, tabelas de preços e tarifas relativas aos serviços, fatura de cobrança,

4.2. Executar os serviços e venda de produtos nos termos e prazos previstos neste contrato.

4.3. Os **CORREIOS** deverão informar à **CONTRATANTE** os novos valores dos produtos e serviços sempre que ocorrer atualização em suas tabelas e tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

5.1. Pela compra de produtos e utilização dos serviços constantes no pacote contratado, a **CONTRATANTE** pagará aos **CORREIOS** os valores contidos em nas tabelas de preços e tarifas vigentes.

5.2. O reajuste das tabelas e tarifas mencionadas e dos valores mínimos dos Pacotes de Serviços, observará a periodicidade legal mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data do início da vigência da tabela, independentemente da data de inclusão do serviço ou produto neste contrato.

5.3. O prazo estipulado no subitem 5.2 poderá ser reduzido, se o Poder Executivo assim o dispuser.

5.3.1. Independente do procedimento de reajuste, os valores definidos para os serviços prestados e para os produtos vendidos poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

5.3.2. Havendo forma de valor e reajuste distintos daqueles previstos no subitem 5.2, os mesmos serão estabelecidos nos Anexos dos serviços Específicos.

5.3.3. A revisão das tarifas dos serviços prestados pelos **CORREIOS** será promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em conformidade com o Art.70, I da Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, combinada com o Portaria nº152 de 09 de julho de 1997 do Ministério da Fazenda.

5.4. O valor mínimo de faturamento será revisto quando da atualização das tabelas e tarifas ou dos Pacotes de Serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os CORREIOS disponibilizarão à CONTRATANTE em seu portal na internet por meio do Sistema de Fatura Eletrônica - SFE, a fatura correspondente aos produtos adquiridos e serviços prestados no ciclo de faturamento.

6.1.1. O sistema conterà ainda informações sobre o ciclo de faturamento, prazo para disponibilização da fatura e vencimento.

6.1.2. Adicionalmente, o boleto para pagamento também poderá ser encaminhado para o endereço pré-estabelecido, conforme ciclo e vencimento determinados para o contrato.

6.1.3. Será considerada improcedente contestação dos valores de encargos por atraso de pagamento sob alegação de não entrega da fatura física até seu vencimento, uma vez que ela poderá ser emitida pela CONTRATANTE por meio do sistema SFE.

6.2. Na hipótese de não haver tempo hábil para a consolidação de todas as postagens efetuadas no ciclo de faturamento, aquelas remanescentes serão faturadas e/ou consideradas em lançamentos em ciclos posteriores.

6.3. Será estabelecido valor mínimo de faturamento de acordo com o pacote contratado, Anexos de produtos e serviços específicos ou periodicidade acordada entre as partes.

6.3.1. O valor mínimo de faturamento será correspondente ao Pacote de Serviços contratado e será informado no Termo de Condições Comerciais. Para os serviços que exigirem valor mínimo de faturamento exclusivo, será estabelecido no Anexo ou Termo específico.

6.3.2. O valor mínimo de faturamento do Pacote de Serviços será cobrado após o segundo ciclo de faturamento indicado no sistema SFE. A isenção citada não se aplica a contratos sucedâneos.

6.3.3. Havendo alteração no contrato ou no pacote de serviço, que implique em mudança de valor mínimo dentro do ciclo de faturamento, o cálculo do complemento a ser cobrado levará em consideração a proporcionalidade dos valores mínimos de faturamento utilizados dentro do ciclo.

6.3.4. Na hipótese de o valor a ser pago pelo cliente, relativo aos serviços prestados, ser inferior à valor mínimo de faturamento do ciclo, a fatura emitida ao final de cada ciclo incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância definida. Nos casos de emissão de fatura descentralizada, este valor será lançado para o Centro de Custo principal do contrato.

6.3.5. No caso de suspensão do cumprimento de suas obrigações conforme disposto na cláusula Oitava não haverá incidência de valor mínimo de faturamento no período abrangido pela suspensão, sendo aplicada a proporcionalidade pelos dias utilizados nos ciclos anteriores à suspensão e posteriores à reativação.

6.3.6. Poderá ocorrer a restituição, mediante crédito em fatura posterior, de parte da complementação financeira correspondente ao valor de postagens remanescentes quando da ocorrência da situação descrita no subitem 6.2.

6.4. O pagamento da fatura deverá ser realizado por via bancária, conforme instruções constantes do próprio documento de cobrança.

6.5. A forma de pagamento por meio de crédito em conta corrente somente será aceita mediante autorização prévia e expressa da área financeira dos CORREIOS. Eventual depósito sem a anuência dos CORREIOS não caracterizará a quitação da fatura, estando a CONTRATANTE sujeita às sanções previstas na cláusula Oitava.

6.5.1. Quando o pagamento ocorrer pela rede bancária, a baixa da fatura dar-se-á após o crédito na conta corrente dos CORREIOS e a respectiva compensação de cheque que porventura venha intermediar a liquidação do título.

6.5.2. Em observância a Instrução Normativa 119/2000 e à IN/SRF 459/2004, a fonte pagadora deverá fornecer aos CORREIOS, comprovante de retenção do imposto de renda, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente àquele a que se referirem os rendimentos informados, o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte. O envio do informe deverá ser efetuado por meio de carta ao seguinte endereço: CORREIOS – Departamento de Tributos SBN

Quadra 1 – Asa Norte, Brasília/DF CEP: 70002-900 ou por meio eletrônico para comprovanteretencao@correios.com.br.

6.5.3. Caso sejam realizadas retificações na Declaração de Rendimentos, o novo Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, deverá ser reenviado imediatamente, para um dos endereços citados no subitem 6.5.2.

6.5.4. No caso de o pagamento das faturas ser efetuado por meio do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, deve ser utilizado o procedimento OBFatura – Extra-SIAFI, que possibilita a operacionalização do pagamento com a indicação do código de barras ou linha digitável constantes do boleto de cobrança.

6.6. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, preferencialmente, junto à Central de Atendimento dos **CORREIOS** – CAC ou pelo Fale com os Correios, e receberá o seguinte tratamento.

6.7. Reclamação apresentada sem o pagamento da fatura, será admitida até a data do vencimento:

6.7.1. Se for procedente, os **CORREIOS** emitirão nova fatura com o valor correto e com nova data de vencimento.

6.7.2. Se for improcedente, a **CONTRATANTE** pagará a fatura. Caso o pagamento ocorra após o vencimento, pagará também os acréscimos legais previstos na cláusula Oitava, pelo prazo necessário para a apuração por parte dos **CORREIOS**.

6.8. Após a data de vencimento, a reclamação somente será aceita com o pagamento integral da fatura.

6.9. Serão recebidas reclamações até 90 (noventa) dias contados a partir do vencimento da fatura.

6.9.1. Se for procedente será efetuada a devida compensação na fatura seguinte, atualizada pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC Meta. No caso de quitação de fatura, os valores correspondentes à reclamação e acatados pelos **CORREIOS**, serão considerados em ciclos de faturamento posteriores.

6.9.2. Os encargos e multas decorrentes de atraso de pagamento de fatura, bem como débitos e créditos relativos a eventuais ajustes conforme critérios estabelecidos neste contrato, serão lançados em ciclos posteriores, devidamente discriminados.

6.9.3. Os créditos devidos pelos **CORREIOS**, relativos a indenizações, cujos fatos geradores foram apurados e devidamente comprovados pelos **CORREIOS**, serão pagos diretamente à **CONTRATANTE** via crédito em fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir do dia 01/09/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO INADIMPLEMENTO

8.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação escrita, com prova de recebimento, para que a parte inadimplente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa.

8.1.1. Se for apresentada defesa, a parte prejudicada deverá se manifestar sobre esta no mesmo prazo.

8.1.2. Quando a decisão motivada não acolher as razões da defesa, a parte inadimplente deverá regularizar a situação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação formal desse fato.

8.1.3. O descumprimento do subitem anterior poderá ensejar a rescisão do contrato, a critério da parte prejudicada, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos, além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

8.1.3.1. O atraso de pagamento por prazo superior a 90 (noventa) dias concede aos CORREIOS o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações ou rescindir o contrato conforme previsto no Artigo 78, da Lei 8.666/93.

8.1.4. A não-quitação da fatura até a data de vencimento poderá ensejar a suspensão da prestação dos serviços.

8.1.4.1. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido será atualizado financeiramente, entre a data do vencimento e a data da efetiva compensação do crédito aos CORREIOS, de acordo com a variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC Meta, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e demais cominações legais, independentemente de notificação. Neste caso, os encargos decorrentes do atraso de pagamento serão cobrados em ciclos posteriores.

8.1.5. Se permanecer inadimplente, a **CONTRATANTE** terá seu CNPJ inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, pelos **CORREIOS**, em obediência ao disposto na Lei 10.522 de 19 de julho de 2002.

8.1.5.1. Será de responsabilidade do **CONTRATANTE** as custas e as despesas cartoriais, caso haja necessidade dos **CORREIOS** recorrerem ao mecanismo de “PROTESTO DE TÍTULO”, para reaver os seus valores devidos, por atraso no pagamento de faturas, podendo ser pagas diretamente nos cartórios ou ressarcidas aos **CORREIOS** se o pagamento das custas ocorrer de forma antecipada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

9.1.1. Por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com prova de recebimento e aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

9.1.1.1. Quando a solicitação de rescisão ocorrer concomitantemente à formalização de contrato sucedâneo, com valor mínimo igual ou superior, a rescisão poderá ocorrer na data da formalização do pedido, independente do aviso prévio a que se refere o subitem anterior. Os serviços e produtos constantes no contrato sucedâneo estarão disponíveis para utilização somente após seu cadastro nos sistemas dos Correios.

9.1.2. Automaticamente pelos Correios, sem aviso prévio, quando da não utilização de serviços ou aquisição de produtos pelo período igual ou superior a 6 (seis) meses consecutivos.

9.1.3. Por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Oitava.

9.1.4. Na hipótese de ocorrer qualquer das situações e formas previstas no bojo dos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, obedecido ao disposto no subitem 8.1.

9.2. Quando ocorrer interesse público, as partes poderão rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 58, II, combinado com parágrafo 3º do artigo 62, do mesmo Estatuto Licitatório.

9.3. No caso de rescisão, fica assegurado aos **CORREIOS** o direito de recebimento dos valores correspondentes aos serviços prestados à **CONTRATANTE** e produtos adquiridos pela mesma até a data da rescisão, bem como à proporcionalidade dos valores mínimos contratados, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas neste contrato.

9.4. Da mesma forma fica garantida à **CONTRATANTE** a devolução de seus objetos e valores devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato têm seu valor estimado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

10.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 33.90.00

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 0141 / Un. Orçamentária: 28101 / Classificação Funcional Programático: 03.122.0046 / fonte de Recurso 0101

10.3. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

11.1. O presente contrato terá validade depois de aprovado pelos órgãos competentes da **CONTRATANTE e da ECT**.

11.2. A realização de licitação é inexigível com base no caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A utilização dos serviços pela **CONTRATANTE** está condicionada ao limite de crédito disponibilizado pelos **CORREIOS**, informado na fatura.

12.2. As partes responderão pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, sendo que os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato ou de sua execução constituem ônus de responsabilidade exclusiva do respectivo contribuinte, conforme definido na legislação vigente.

12.2.1. Havendo imputação de responsabilidade tributária a uma parte em decorrência de fato cuja responsabilidade originária seja da outra parte, caberá a esta ressarcir àquela os valores efetivamente pagos.

12.2.2. Para efeito do ressarcimento exposto no subitem anterior, a obrigação será considerada direito líquido e certo, devendo ser realizada em 10 (dez) dias, contados da data da comprovação de recebimento da comunicação oficial do seu pagamento.

12.3. Em complementação à obrigatoriedade legal expressa nos artigos 5º e 6º, da Lei 6.538/78, as partes devem também guardar sigilo absoluto sobre informações proprietárias e confidenciais necessárias à prestação dos serviços ora contratados, quais sejam, documentos, informações, programas inerentes aos serviços contratados, planos de triagem, softwares de gerenciamento, dentre outras.

12.3.1. Quando houver necessidade de divulgação de qualquer uma dessas informações, por determinação de órgão competente para tal, a parte interessada deverá solicitar, previamente, autorização expressa à outra.

12.4. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

12.5. Alterações decorrentes de especificações da prestação de serviços e venda de produtos, estabelecidos neste instrumento, serão formalizadas por apostilamento, respeitando-se o disposto na legislação aplicada.

12.6. Havendo lacuna nos Anexos, Termos, serão aplicados os procedimentos gerais previstos neste contrato.

12.7. A **CONTRATANTE** e seus autorizados são responsáveis, civil e criminalmente, por danos causados a pessoas, bens, equipamentos, sistemas e materiais dos **CORREIOS**, clientes e sociedade, em virtude da inobservância dos dispositivos legais e regulamentares.

12.8. Os **CORREIOS** não se responsabilizam:

12.8.1. Por valor incluído em objetos postados/entregues aos **CORREIOS** sem a respectiva contratação do serviço de valor de valor declarado.

12.8.2. Pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte da **CONTRATANTE**.

12.8.3. Por prejuízos indiretos e benefícios não-realizados.

12.8.4. Por objeto que, no todo ou em parte, seja confiscado ou destruído por autoridade competente, desde que haja comprovação documental.

12.9. A responsabilidade dos **CORREIOS** cessa, sem prejuízo do disposto nos respectivos Anexos e Termos nas seguintes condições:

12.9.1. Quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário a quem de direito ou restituído à **CONTRATANTE**.

12.9.2. Término do prazo para a reclamação.

12.9.3. Em caso fortuito ou de força maior (catástrofes naturais, guerra, revolução, motim, tumulto e qualquer outro movimento de natureza popular), regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

12.9.4. Nos casos de paralisação da jornada de trabalho independentemente de sua vontade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Aracaju/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato:

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Helen Aparecida de Oliveira Cardoso, Gerente - G2**, em 18/08/2021, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Leó de Carvalho Neto, Usuário Externo**, em 18/08/2021, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Candice da Cruz Ferreira, Chefe de Secao - G2**, em 18/08/2021, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25025430** e o código CRC **15321EFB**.

EMPREENHIMENTOS LTDA - ME., que descumpriu o item VIII.3, alínea "g" e Item IX, alínea "f" inciso II" do Edital, e **CLASSIFICADA** a Licitante **CONSTRUTORA FCK LTDA**. Por atender aos critérios do Edital estando seus preços dentro dos previstos pelo órgão e compatíveis com o de mercado. Devido ausência de alguns Representantes no Ato de divulgação da Decisão, torna-se necessário sua Publicação, para cumprir ao que preconiza o art. 109, inciso I, alínea "b" e § 1º da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações.

Aracaju/SE, 20 de Agosto de 2021.

Belª. Maria Lucimar Silva Oliveira
Presidente da Comissão

"**ITAMAR DE SOUZA OLIVEIRA ME**, CNPJ 15.070.452/0001-17 sito R. Augusto A. Nascimento, 325, Cristinópolis/SE, recebeu da **ADEMA** a **RLO 31/2021** (Venc. 22/07/2024) p/ Com. de Prod. Agrop. Agric, Veter. Animais e Ferramentas."

"**PAULISTA ENTULHO LTDA**, CNPJ 00.809.547/0001-32, sede na R. João Ávila Neto, 15, Aracaju/SE, recebeu da **ADEMA** a **AA 173/2021** (Venc. 16/04/2022) p/ Coleta e Transp. de Resíduos da Const. Civil e Demolições"

"**PAULISTA ENTULHO LTDA**, CNPJ 00.809.547/0001-32, sede na R. João Ávila Neto, 15, Aracaju/SE, recebeu da **ADEMA** a **AA 224-3/2021** (Venc. 25/06/2022) p/ Coleta e Transp. de Resíduos Perigosos Classe I"

"**PAULISTA ENTULHO LTDA**, CNPJ 00.809.547/0001-32, sede na R. João Ávila Neto, 15, Aracaju/SE, recebeu da **ADEMA** a **AA 223-2/2021** (Venc. 25/06/2022) p/ Coleta e Transp. de Resíduos da Saúde (Grupos A, B e E)"

MUNICÍPIOS

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021

O Município de Carmópolis, Estado de Sergipe, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Carmópolis, em atendimento às disposições legais e à Resolução nº 257/2010, do Tribunal de Contas do Estado - TCE, torna público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir:

OBJETO: CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE 03 ÁREAS, COMPREENDENDO 02 IMÓVEIS COM 1168,45m² e 1621,48m² e 01 TERRENO COM ÁREA TOTAL DE 3881,29m², PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PELO PERÍODO DE 05 ANOS, MEDIANTE MELHOR TÉCNICA.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 07/10/2021 (sete de outubro de dois mil e vinte e um) às 08h30min (oto horas e trinta minutos).

PRAZO DE CONCESSÃO: 05 (cinco) anos

BASE LEGAL: As normas gerais desta licitação serão regidas pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 e suas alterações.

PARECER JURÍDICO: 7/12/2020.

O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça 16 de outubro, 135, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07:00h às 13:00h, pelos telefones: (079) 3277-1210, ou através do e-mail: licitacaocarmopolis.se@gmail.com.

Carmópolis/SE, 17 de agosto de 2021.

Laisa Quéle Silva dos Santos
Presidente CPL

DEFENSORIA PÚBLICA



EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2021

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

CONTRATADA: ECT - Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.

OBJETO: Prestação serviços que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços

PRAZO: 01/09/2021 a 31/08/2026

VALOR ANUAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2021.

Aracaju/SE, 18 de agosto de 2021.

JOSÉ LEÓ DE CARVALHO NETO
Defensor Público-Geral

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS DA MESA E/OU ATOS DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE:

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.892 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Edvaldo da Costa Andrade, CPF. nº XXX.537.045-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.893 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Pedro Wilson Brito Moura, CPF. nº XXX.612.705-XX, do cargo em comissão de Secretário de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-03, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.894 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Pedro Wilson Brito Moura, CPF. nº XXX.612.705-XX, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.895 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Jaqueline Fonseca, CPF. nº XXX.586.238-XX, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-03, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.896 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Larissa Simone do Carmo Lima, CPF. nº XXX.845.915-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.897 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Jailma Costa Santos, CPF. nº XXX.105.425-XX, do cargo em comissão de Assessor Técnico-Parlamentar, Símbolo CCEL-04, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.898 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Jailma Costa Santos, CPF. nº XXX.105.425-XX, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.899 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Joelson Batista dos Santos, CPF. nº XXX.169.925-XX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico-Parlamentar, Símbolo CCEL-04, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO Nº 23.411 - Em 07 de junho de 2021, acrescenta o inciso XIV do "caput" do art. 2º do Ato nº 23.366, de 04 de março de 2021, que constitui, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, Comissão Especial de Suporte Técnico-Administrativo a Eventos e Solenidades Oficiais, e dá providências correlatas.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.900 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Luís Antônio de Moura Ferreira, CPF. nº XXX.973.765-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.901 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Lana Vieira de Carvalho, CPF. nº XXX.532.415-XX, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.902 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Aldre Ferreira Silva Alcalá, CPF. nº XXX.369.345-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.903 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Carmem Maria Costa de Aquino, CPF. nº XXX.378.505-XX, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.904 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Maria Vitória Alves Fontes, CPF. nº XXX.131.875-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.905 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Alicia Cardoso Hora Alves, CPF. nº XXX.395.715-XX, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.906 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Lucas Freire Vasco, CPF. nº XXX.316.945-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.907 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Cassio Emanuel Melo da Rocha Farias, CPF. nº XXX.024.585-XX, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO Nº 23.421 - Em 06 de julho de 2021, acrescenta dispositivo do "caput" do art. 2º do Ato nº 23.372, de 08 de março de 2021, que constitui, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, Comissão Especial de Restauração e Transposição para meio digital de dados de áudio de Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa no período de 1988 a 2005, e dá providências correlatas.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.908 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Erica Samira Silva Gama Fontes, CPF. nº XXX.119.915-XX, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Serviços Especiais, Símbolo CCL-06, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.909 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Marcos Aurélio Menezes Santana, CPF. nº XXX.683.558-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.910 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Lucas Vasconcelos Batista, CPF. nº XXX.352.455-XX, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.911 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Jose Alberto Batista Rocha, CPF. nº XXX.079.965-XX, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.912 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Maria Salete de Santana Rocha, CPF. nº XXX.448.825-XX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.913 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar José Hamilton Araújo Passos Júnior, CPF. nº XXX.403.095-XX, do cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência, Símbolo CCEL-01, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.914 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Ana Clea dos Santos Nascimento, CPF. nº XXX.456.245-XX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência, Símbolo CCEL-01, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.915 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Victor Deda de Melo Rocha Correia, CPF. nº XXX.478.485-XX, do cargo em comissão de Assessor Técnico-Administrativo II, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.916 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar José Jackson Santos, CPF. nº XXX.908.515-XX, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.917 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Victor Deda de Melo Rocha Correia, CPF. nº XXX.478.485-XX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico-Administrativo I, Símbolo CCL-01, com vigência, a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO Nº 23.422 - Em 06 de julho de 2021, acrescenta os incisos XXVIII e XXIX do art. 2º do Ato nº 23.369, de 08 de março de 2021, que constitui, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, Comissão Especial de Suporte Técnico-Operacional a Atividades de Manutenção e Logística, e dá providências correlatas.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.918 - Em 05 de agosto de 2021, nomear José Jackson Santos, CPF. nº XXX.908.515-XX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico I, Símbolo CCL-03, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.919 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Eugênia Costa da Cruz, CPF. nº XXX.933.775-XX, do cargo em comissão de Assessor Técnico-Administrativo II, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.920 - Em 05 de agosto de 2021, nomear Thays Mara Pereira de Santana, CPF. nº XXX.482.505-XX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico-Administrativo II, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.921 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Artemise Barreto de Goes Santos, CPF. nº XXX.852.165-XX, do cargo em comissão de Assessor Técnico-Parlamentar, Símbolo CCEL-04, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.922 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Gabriela Pereira Dias da Silva, CPF. nº XXX.669.898-XX, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo CCL-02, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.923 - Em 05 de agosto de 2021, exonerar Deivson de Souza Silva, CPF. nº XXX.876.415-XX, do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo CCL-05, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 19.970 - Em 20 de agosto de 2021, exonerar Zeca Ramos da Silva, CPF. nº XXX.681.685-XX, do cargo em comissão de Assessor Técnico da Presidência, Símbolo CCEL-02, com vigência a partir de 20 de agosto de 2021.

Total de Atos publicados - 36